

ANBIMA abre audiência pública sobre regras das novas certificações

Comentários e sugestões podem ser enviados até 5 de setembro

Abrimos a audiência pública para revisão do nosso documento de [regras e procedimentos das certificações](#). Essa alteração faz parte do processo de transição que terá [início a partir de janeiro de 2026](#).

A atualização do documento inclui:

- A exclusão das atuais certificações de distribuição (CPA-10, CPA-20 e CEA);
- A inclusão das novas certificações de distribuição (CPA, C-Pro R e C-Pro I);
- As regras sobre o percentual de profissionais certificados nas instituições;
- As atividades permitidas para cada certificação.

[Saiba mais sobre a transição](#)

O documento completo pode ser acessado [aqui](#). Os comentários podem ser enviados até 5 de setembro para o e-mail: audiencia publica@anbima.com.br.

ANBIMA em Ação

Essa iniciativa integra a agenda de serviços do [ANBIMA em Ação](#), conjunto das principais iniciativas da Associação para este e o próximo ano. Esse planejamento foi elaborado a partir de uma ampla consulta aos associados da ANBIMA, às instituições parceiras, aos reguladores e às lideranças da associação, resultando em três grandes agendas de trabalho: Agenda de Desenvolvimento de Mercado, Agenda de Serviços e Agenda Estruturante. Confira cada uma delas [aqui](#).

Grupo de trabalho discute propostas de ajustes na Resolução CVM 160

Autarquia publicou consulta pública sobre o tema e prazo para sugestões vai até 19 de setembro

Para contribuir com a [consulta pública](#) aberta pela CVM sobre a **Resolução 160**, criamos um **grupo de trabalho** que vai discutir as propostas de ajustes na norma nas próximas semanas. Os nomes que compõem o GT foram indicados pelas nossas comissões e terão até 19 de setembro para elaborar a resposta coletiva, seguindo o prazo estabelecido pela autarquia.

A resolução estabeleceu o **novo arcabouço regulatório para as ofertas públicas** de distribuição de valores mobiliários no país e, após cerca de três anos desde a sua edição, a CVM identificou a necessidade de ajustes pontuais com base na experiência acumulada nesse período.

As **alterações sugeridas** levam em consideração as questões observadas pela própria autarquia sobre a interpretação da resolução e na supervisão das ofertas públicas e também as sugestões encaminhadas pelos participantes do mercado de capitais.

Os **principais pontos** propostos pela CVM:

- Obrigações do devedor e do coobrigado na apresentação de demonstrações financeiras em operações de securitização: inclusão de nota de rodapé nos anexos D e E, dando maior visibilidade para a interpretação recente do colegiado sobre o assunto;
- Indicadores econômico-financeiros nas ofertas de dívida: possível revisão de indicadores a serem informados ao mercado na lâmina em ofertas de dívida (anexo G);
- Maior visibilidade do rateio de despesas em ofertas públicas mistas de ações e cotas de fundos fechados: maior transparência nos prospectos (anexos A e C) sobre a forma de rateio entre os ofertantes de distribuição primária e secundária;

- Revenda de valores mobiliários emitidos por emissor não registrado que, posteriormente, obtêm registro: permissão para que títulos possam ser negociados por investidores qualificados e pelo público em geral, após determinados prazos;
- Ofertas públicas de valores mobiliários objeto de benefício fiscal: adequação da Resolução CVM 160 às exigências e inovações trazidas pela Lei 14.801 e pelo Decreto 11.964.

Eventuais **dúvidas e esclarecimentos** podem ser enviados para mercadodecapitais.representacao@anbima.com.br.

E, para quem quiser se aprofundar sobre o assunto, temos uma [página especial](#) com todas as informações e documentos referentes à Resolução 160 atualmente em vigor.

Papéis de renda fixa de curto prazo são destaque de rentabilidade em julho

Incertezas nos cenários políticos e econômicos contribuíram com os resultados

Os índices de renda fixa de curto prazo (tanto de papéis privados quanto de públicos) tiveram as maiores rentabilidades de julho. O destaque do mês foram as debêntures indexadas pela taxa diária DI, acompanhadas pelo **IDA-DI**, que cresceram 1,42%. O retorno foi acima do registrado pelo **IDA (Índice de Debêntures ANBIMA)**, composto pelas debêntures marcadas a mercado, que rendeu 0,58% no mês.

“Julho foi marcado por acontecimentos relevantes nos cenários políticos e econômicos. Nesses momentos de incertezas, é natural que o mercado reaja e os títulos de vencimento mais curto performem melhor”, **explicou Marcelo Cidade, nosso economista.**

Quando olhamos para os títulos públicos, o **IMA-S**, que espelha as letras financeiras com duration de um dia útil, teve o maior retorno no mês: 1,30%. Na sequência, aparecem os prefixados com vencimento em até um ano com alta de 1,21%, de acordo com o **IRF-M 1**. Para efeito de comparação, o **IMA (Índice de Mercados ANBIMA)**, carteira que acompanha os papéis da dívida pública brasileira com diferentes vencimentos, rendeu 0,57% em julho.

Longo prazo

Por outro lado, as carteiras de prazos mais longos apresentaram quedas: o **IRF-M 1+**, que acompanha os títulos prefixados com prazo acima de um ano, caiu 0,25% e o **IMA-B 5+**, que reflete as NTN-Bs (papéis indexados à inflação) com vencimento acima de cinco anos, recuou 1,52%.

Nos papéis corporativos, as debêntures com prazo superior a mil dias também tiveram rentabilidade negativa. As incentivadas, que compõem o **IDA-IPCA Infraestrutura**, recuaram 0,48%, enquanto nos títulos sem incentivo fiscal, refletidos pelo **IDA-IPCA Ex-infraestrutura**, a queda foi de 0,55%.

ANBIMA firma parceria com o Banco Central para levar educação financeira a docentes e estudantes do ensino médio

Expansão do programa Aprender Valor conta também com CVM e Sebrae

A ANBIMA vai integrar o Aprender Valor, iniciativa do Banco Central do Brasil (BC) voltada à promoção da educação financeira nas escolas públicas e particulares. Também fazem parte da parceria a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o Sebrae. O anúncio foi feito no dia 6 de agosto, em São Paulo.

Desde sua criação pelo BC, o programa já atingiu 25 mil escolas (99% delas públicas), nas quais estudam mais de 5 milhões de estudantes.

O programa, originalmente formatado para educadoras e educadores do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) será expandido para docentes e estudantes do Ensino Médio a partir de 2026. A expectativa é ampliar o alcance do Aprender Valor. Hoje, cerca de 7,8 milhões de jovens de 15 a 17 anos estão matriculados em 29 mil escolas de ensino médio de todo o país, segundo o Censo Escolar 2024.

Para os docentes do Ensino Médio, o Aprender Valor irá ofertar um curso em três formatos – autoformativo on-line (aprendizagem que ocorre de forma independente e autônoma), híbrido e presencial – garantindo maior capilaridade e inclusão, especialmente em escolas com menor acesso à tecnologia.

“A educação financeira é uma ferramenta poderosa de transformação social. Ao levarmos esse conhecimento para o Ensino Médio, em parceria com o Banco Central, o Sebrae e a CVM, damos um passo decisivo para formar uma geração mais preparada para lidar com os desafios do mundo financeiro. Essa iniciativa reforça o nosso compromisso com a cidadania financeira e amplia o impacto da ANBIMA na sociedade”, afirma Marcelo Billi, superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação da ANBIMA.

Coube à ANBIMA a elaboração dos conteúdos pedagógicos e à CVM a coordenação inicial entre os parceiros; já o Sebrae, graças à sua presença nacional, coordenará as frentes presenciais e híbridas do programa. BC e CVM também fizeram a revisão técnica do material.

Além do curso, serão fornecidas aulas prontas, pela [plataforma do Aprender Valor](#), organizadas em 12 projetos escolares temáticos. As aulas irão integrar assuntos de educação financeira com conteúdos de disciplinas obrigatórias do Ensino Médio, conforme recomenda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Evento gratuito celebra os 60 anos da administração no Brasil

O ENCOAD 2025 será realizado nos dias 9 e 10 de setembro, com transmissão online

O 16º Encontro do Conhecimento em Administração (ENCOAD), promovido pelo CRA-SP com apoio da **ANBIMA**, será realizado nos dias 9 e 10 de setembro, em formato online e gratuito. O evento marca os 60 anos da profissão de administrador no Brasil.

A programação contará com mais de 18 horas de conteúdo ao vivo, incluindo palestras, painéis e entrevistas com especialistas da área. Os debates abordarão temas como ESG, saúde, logística, administração pública, ensino e carreira.

A participação é aberta ao público, e os interessados devem se inscrever pelo [site oficial](#). Para obter o certificado, é necessário acompanhar as transmissões ao vivo e seguir as orientações durante o evento.

Serviço:

16º ENCOAD

Data: 9 e 10 de setembro

Horário: 9h às 18h

Local: online

Informações: novaextranet.crasp.gov.br

Fonte: [Anbima](#), em 06.08.2025.

